De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII [1]

NÁDIA FARAGE

"A guerra primitiva é invisível
porque não existem mais guerreiros para fazê-la"

PIERRE CLASTRES

Introdução

Desde os primeiros anos do século XVII, mesmo antes da formação da Companhia das Índias Ocidentais, a quem tocou oficialmente a colonização da Guiana, representantes de mercadores holandeses já se encontravam naquela costa comerciando com os índios. Com o estabelecimento efetivo dos holandeses na área, a economia colonial baseou-se na produção açucareira em larga escala, com a utilização maciça de mão-de-obra escrava negra. O escambo com os índios, embora não tenha sido o ponto forte dessa economia, nunca deixou de ser exercido; o mesmo se aplica à utilização de mão-de-obra escrava indígena, durante todo o período holandês.

Centrado na troca de manufaturados por gêneros de produção natural e artesanal indígena e, notadamente, escravos índios, tal

1 O presente artigo foi apresentado ao Grupo de Trabalho "História Indígena e do Indigenismo", coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, no 8.º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1984. Quero agradecer aos membros do mencionado Grupo de Trabalho pelas críticas e sugestões. Agradeço ainda, de modo especial, à minha orientadora Manuela Carneiro da Cunha e a meus amigos Sérgio Luís Carrara, Eduardo Viveiros de Castro e Ana Lúcia Lobato de Azevedo pela atenção com que acompanharam a elaboração deste trabalho.

escambo teve por singularidade justapor-se às relações intertribais, envolvendo a participação ativa de intermediários índios. Veio, deste modo, a alcançar povos indígenas em regiões muito além da área estrita de influência holandesa, ultrapassando as fronteiras dos vizinhos territórios de Espanha e Portugal.

As implicações desta rede de trocas para a colonização espanhola do Orinoco, segundo D. Sweet (1974, I:253), já foram suficientemente estabelecidas pelos historiadores da área, mas não foram ainda objeto de pesquisa exaustiva no que afeta a história do rio Negro. Descuido algo surpreendente, se considerarmos a importância atribuída pelo próprio Estado português a este comércio, uma vez que o via como uma porta para a expansão holandesa na Amazônia. E ainda, ressalte-se que tal importância em muito subjaz à formulação de uma estratégia de ocupação e, como parte desta, de uma política indigenista portuguesa para a área.

Lembremos, rapidamente, que a guerra justa deslanchada pelos portugueses contra os Manao nos anos 20 do século XVIII — marco da expansão colonial para o alto rio Negro e rio Branco — encontrou sua justificativa jurídico-política na acusação de que este povo estaria comerciando com os holandeses e, conseqüentemente, a eles teria se aliado: Ajuricaba, seu chefe, carregaria hasteada em sua canoa uma bandeira holandesa. Os holandeses, comprovadamente, não conheciam estes seus parceiros comerciais do vale amazônico; é certo, os Manao estiveram, por anos, engajados no tráfico de escravos em troca de manufaturados holandeses, mas ao que tudo indica, não representavam senão um elo na imensa rede comercial que envolvia os grupos indígenas do Essequibo ao Negro, através da rota do rio Branco (Sweet, 1974, II:525 e ss.).

Muito embora a troca de manufaturados holandeses por escravos índios tenha atingido todo o noroeste amazônico, é na região das bacias dos rios Orinoco e Branco, territórios, respectivamente, espanhol e português, que o apresamento se fez mais notável, não só por sua intensidade, como também pela dimensão política que assumiu na disputa entre Portugal, Espanha e Holanda, em torno dessas áreas fronteiriças de suas colônias.

Nesta região terminal da rede concentravam-se os Caribe, designação que à época colonial receberam os grupos indígenas habitantes das Guianas, atualmente classificados dentro da família lingüística Caribe, a quem se reputava serem aliados diretos dos holandeses no apresamento de escravos.

São as relações travadas entre estes grupos, os assim chamados Caribe e holandeses, que coloco em pauta, à medida em que sua atuação como apresadores de escravos nos permite entrever o sentido que deram ao contato com os colonizadores; espaço privilegiado, portanto, para, ao menos, inferir, de maneira mais ampla, como estes povos aprenderam e lidaram com o evento da ocupação colonial dentro de seus próprios marcos culturais. Buscarei aqui, basicamente, circunscrever o campo de possíveis, dentro do universo cultural Caribe, sobre o qual repousa a lógica da escravização pelos brancos, que veio a afetá-los de modo profundo e, suponho, inesperado. Uma vez que possamos estabelecer as bases culturais do processo de escravização, creio ser possível ainda lançar hipóteses acerca das redefinições políticas provocadas pela inserção dos brancos no panorama das relações intertribais e, conseqüentemente, na face mesma destas sociedades.

A aliança com os Paranakiri: o penhor dessa desigualdade

Os cronistas das Guianas convergem unissonamente na afirmação de que o apresamento de escravos para os holandeses era uma derivação das guerras intertribais. Temos em E. Brancroft (1769: 336), colono inglês estabelecido na Guiana Holandesa em meados do século XVIII, a proposição que aqui nos servirá de ponto de partida: todas aquelas "bárbaras nações", segundo este cronista, se guerreavam por um espírito de vingança, mais do que por qualquer outro interesse; à exceção apenas de quando tinham oportunidade de vender seus prisioneiros a outros, que para si mesmos seriam inúteis. Tal oportunidade, diz ainda, de fato, foi fornecida aos índios da Guiana, desde que os holandeses ali se estabeleceram.

Compreender, portanto, a lógica de escravização, uma vez que esta estaria vinculada às guerras intertribais, é interrogar o padrão guerreiro Caribe e o papel do cativo nestas sociedades.

São muitas as dificuldades para esta tarefa. O registro sobre o fato guerreiro entre os povos indígenas das Guianas é relativamente pobre, se o compararmos com as detalhadas descrições deixadas pelos cronistas dos Tupi da costa brasileira. No entanto, as informações fornecidas por W. Raleigh (1848) [1596] e dos exploradores que a ele se seguiram desde fins do século XVI, deixam entrever que, com efeito, os Caribe não seriam gente tão complicada, observação feita por Hélène Clastres (1972:82) a respeito dos Tupi.

Ao contrário destes últimos, que buscavam os inimigos homens como botim de guerra, os Caribe teriam por móvel a captura de mulheres.[2] Os inimigos, guerreiros adultos, não seriam capturados e sim mortos durante a batalha.

O canibalismo Caribe, apesar de bastante afamado, pois que a palavra "canibal" encontra no termo "Carib" sua própria origem etimológica, não possui nenhuma descrição em detalhe que o torne possível de análise. "Devoram como bestas ferozes os corpos de seus inimigos" — disse o viajante P. Fermin (1976:54-5); as outras informações, por todo o período colonial, conservam o mesmo teor vago. A informação mais precisa sobre o canibalismo Caribe provém do naturalista R. Schomburgk (1923, II:343), já no século XIX, a quem um chefe Caribe teria dito que, após uma batalha ganha, os guerreiros traziam uma perna ou braço dos inimigos como troféu. Durante os festejos, esses membros eram cozidos e a carne que se despregava dos ossos era franqueada às pessoas para que dela provassem. Trariam ainda o coração dos inimigos mortos que, assado e pulverizado, era misturado ao *paiwarri,* sua bebida fermentada à base de mandioca. Dos ossos faziam flautas, tocadas nos rituais preparatórios da expedição guerreira e também nas comemorações da vitória.[3]

Se este era o destino dos inimigos, sua captura não era o móvel exclusivo da guerra, e sim a de suas mulheres. Configura-se, assim, um padrão guerreiro que é, como observa ainda H. Clastres (1972:81), a respeito dos Jivaro e dos Yanomami, mais claro em seus desígnios do que o enigmático padrão Tupi, que, em última análise, guerreavam para capturar cunhados, cuja devoração representaria a contrapartida da obrigação real de trocar mulheres. Aqui, trata-se da obtenção de mulheres pela guerra, em uma negação clara e direta da reciprocidade.

Se os primeiros exploradores ingleses do século XVI nos informam sobre um padrão tradicional de guerra, que teria por finalidade a captura de mulheres, através de seus relatos, também depreendemos que é já neste momento inicial que o contato coloca seus imperativos: W. Raleigh (1848:39) [1596] registra que os es-

---

[2] Assim observa W. Raleigh, 1848 [1597]: "Em verdade eles guerreiam mais por mulheres do que mesmo por ouro ou domínios" (:91 e ss.).

[3] R. Schomburgk (1923) afirma ter visto tais flautas de ossos humanos. Referência a elas também se encontra em J. G. Steadman (1972:213) [1796], que acrescenta ainda a prática de escalpo entre os Caribe.

panhóis estabelecidos no Orinoco faziam expedições aos rios Barima e Essequibo para comprar mulheres e crianças dos Canibais, ou seja, dos Caribe. Por três ou quatro terçados, eles vendiam as filhas e filhos de seus irmãos e irmãs e, por um pouco mais, até suas próprias filhas. F. Sparrey (1906:307) [1602], o marinheiro deixado por Raleigh entre os índios aliados, relata que, certa feita, comprara dos Canibais oito jovens mulheres por uma faca, das quais fez presente a "selvagens amigos".

No contexto das guerras de apresamento para os holandeses, ainda no século XVII, temos do depoimento de um viajante pela Guiana Holandesa (G. Warren, 1667:26) a informação de que os prisioneiros homens eram mortos, e mulheres e crianças eram preservados para troca por quinquilharias manufaturadas.

O jesuíta Joseph Gumilla, missionário espanhol no Orinoco por volta dos anos 30 do século XVIII, é categórico ao afirmar que a finalidade da guerra para os Caribe era apresar mulheres e "párvulos" para os holandeses, matando todos os homens que pudessem manejar armas e mulheres velhas, que reputavam por inúteis (1971, II:72 e ss.).

Outros cronistas do século XVIII, tais como E. Bancroft (1769: 257 e ss), P. Fermin (1769:54-5) e J. G. Steadman (1796:216-17) o confirmam: os homens adultos seriam mortos, enquanto mulheres e crianças eram aprisionadas para serem vendidas aos holandeses. O padrão de apresamento parece invariável e difundido por toda a área atingida pelo tráfico de escravos Caribe: em 1764, o Ouvidor da Capitania do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa, relata ao Governador do Grão-Pará que os Paraviana do rio Branco, povo também de filiação lingüística Caribe, haviam atacado um grupo Manao fugido das povoações do rio Negro, tendo matado os homens e levado mulheres e rapazes para vender aos holandeses do Suriname (Brazil and British Guiana Boundary, 1903, II:68-9). Frei Benito de la Garriga, prefeito das missões espanholas do Orinoco em fins da década de cinqüenta do século XVIII, estimava, nessa época, que os Caribe levariam da área mais de 300 crianças anualmente, deixando mortos mais de 400 adultos (Garriga e Ferrera, 9/09/1758, In British Guiana and Venezuela Case, Blue Book I-I:93 e ss.).

O termo utilizado na época para designar os apresados, segundo se depreende da documentação espanhola do século XVIII para a área do rio Orinoco (British Guiana and Venezuela Case, Blue Books 1-3-5), era *poyto,* cujo significado nos abre uma via essencial

para a compreensão da estruturação deste tráfico e seus desdobramentos políticos.

Em uma definição mais vaga, e nem por isso menos importante, *poito*, para os Caribe do Suriname, significa "belo", "jovem", sendo um adjetivo estritamente masculino (Ahlbrinck, 1956, I:85; III:390).

O conceito de *poito*, com muitas variações ortográficas — *paito* (para os Macuxi, Farabee, 1924); *peito* (para os Wayana e Caribe do rio Barama, Gillin, 1936); *pito* (para os Tyrió, Rivière, P., 1969, 1977); *poitorü* (para os Pemon, Thomas, 1982) — é registrado pela etnografia recente na maioria dos povos de filiação lingüística Caribe das Guianas, denotando uma relação hierárquica entre afins. Explicitemos.

Em primeiro lugar, há que se estabelecer, como fartamente o demonstra a etnografia da área, a vigência da uxorilocalidade entre estes povos; é neste quadro que a relação *poito* encontra seu sentido.

Um tema constante entre os Caribe, segundo P. Rivière (1977: 40-1), é que os doadores de mulheres são considerados superiores aos que as recebem. Assim sendo, aquele que toma a mulher é um devedor, e essa consideração direciona, positivamente, o fluxo das obrigações entre afins no sentido receptor-doador. Porém, o que nos importa reter é que a relação de afinidade para os Caribe é marcada assimetricamente, em termos geracionais; ou seja, ela se dá entre Ego masculino e seu sogro, muito mais do que entre cunhados. Deste modo, a uxorilocalidade, temporária ou permanente, sempre envolve a prestação de serviços, e mesmo a obediência por parte do homem ao pai da esposa.

Sendo regra preferencial entre os Caribe o casamento entre primos cruzados, a relação *poito*, formalmente, se estabelece entre Ego masculino e o filho de sua irmã. Como indica Farabee (1924: 80-1) para os Macuxi, Ego masculino chamará a filha da irmã *patse*, o que o autor traduz por nora, tenha ou não um filho que se casará ou tenha se casado com ela. Igualmente, chamará o filho de sua irmã *paito*, ou genro.

As alternativas de casamento fora da regra preferencial são, em geral, o casamento com mulheres não relacionadas genealogicamente e, mais freqüentemente, com a filha da irmã. Estas variações implicam, como mostrou D. Thomas (1982:102 e ss.) para os Pemon, povo de filiação lingüística Caribe da savana venezuelana, uma escala decrescente com relação às obrigações entre afins: de um má-

ximo para o casamento com mulher não relacionada genealogicamente, por um ponto médio representado pelo casamento com a prima cruzada e, por fim, até um ponto mínimo no casamento com a filha da irmã, onde as obrigações entre afins são praticamente neutralizadas.

Para o século XVIII, o viajante P. Fermin (1769:69) afirma que os Caribe, comumente, se casavam com a prima ou sobrinha, apontando, a meu ver, a possibilidade da existência dessa mesma regra preferencial descrita pela etnografia recente. A uxorilocalidade, também enquanto possibilidade, pode ser inferida, embora de maneira bastante imprecisa, da descrição de Gumilla (1791, II:285) acerca da prestação de serviços ao sogro.

Lembremos que os apresados eram mulheres e crianças, rapazes, o que significa que não seriam ainda homens iniciados como guerreiros. Tenhamos em conta ainda que a designação *poito* aplicada da perspectiva da guerra, refere-se àqueles que estão fora do grupo que a move. Assim sendo, os Caribe naquele momento estariam apresando "jovens" e "belos" rapazes, potencialmente afins, isto é, que poderiam vir a se casar com as mulheres do grupo.

O termo *poito* já obteve várias traduções: escravo, súdito, servo, cliente (Rivière, 1977:40-1). Tratando desta questão, este autor vê duas linhas possíveis de explicação para tal gama de significados. Em primeiro lugar, que eles diriam respeito a uma forma mais antiga e hierarquizada de sociedade que teria desaparecido. Como segunda hipótese, seriam adaptações de um conceito Caribe, resultantes do contato. Defendendo a segunda hipótese, Rivière argumenta que, sendo a relação *poito* de superioridade-inferioridade entre os pólos por ela ligados, ou seja, sogro e genro, ela fornece o código possível para expressar relações políticas de dominação-subordinação.

Retomando aqui seu argumento, diria ainda que tratar das relações travadas entre os povos Caribe e os colonizadores holandeses é, exatamente, determinar os significados que, historicamente, assumiu o conceito. E, creio já termos estabelecido relações suficientes para uma determinação do momento histórico em que o conceito de *poito* passa a conotar *escravo*: seria, a meu ver, este momento específico em que os potencialmente afins passam a ser vendidos aos holandeses, pois como aponta certeiramente Rivière, a assimetria foi a tradução possível para a escravização.

A nível das transformações impostas pelo contato com os holandeses, poderíamos aventar que elas atingem, então, inicialmente, a esfera da aliança.

Em uma primeira hipótese, diria que, apresando aqueles que poderiam se tornar seus afins, os *poito*, os Caribe teriam reduzido em muito suas possibilidades de alianças intergrupais através do casamento. E, ainda, ressalte-se que as mulheres apresadas, também esposas potenciais, eram passadas aos holandeses, o que pode ser visto como uma redução nas possibilidades mesmas de casamento. Uma hipótese mais temerária aventaria que o tráfico de escravos pode ter estimulado o casamento entre grupos do mesmo local, pois, como vimos, ele está dentro da possibilidade existente nestas sociedades, enquanto união privilegiada, de casamento com a filha da irmã.

A guerra, assim, parece ter variado em sua finalidade, não em seu padrão: os inimigos, guerreiros adultos, continuam sendo mortos; devorados ou não, eles ainda mantêm sua posição estrutural dentro do sistema. A demanda holandesa, segundo afirmação corrente na época (Benito de la Garriga, 1896; Bancroft, 1769:257 e ss.), por sua vez, reforçaria este padrão: os holandeses não desejariam como escravos homens adultos que pudessem fugir.

No entanto, as mulheres apresadas passam a ser trocadas por manufaturados, e esta derivação me parece ter uma dimensão política mais ampla, que examino a seguir.

Dentro do padrão tradicional de guerra Caribe, cujo móvel seria a captura de mulheres, os cronistas, em geral, afirmam que eram elas a expressão do prestígio do guerreiro, ou seja, o acúmulo de mulheres era diretamente proporcional ao acúmulo de prestígio pelos guerreiros. Mas, quem era o guerreiro dentro do grupo?

O viajante G. Warren (1667:24) comenta que os Caribe não possuíam um chefe permanente, mas apenas em tempo de guerra, quando era escolhido o mais bravo que os liderasse. Este "capitão de guerra",[4] como o denominaram os colonizadores, confundir-se-ia com a figura do chefe de família, e seriam estes os dois focos, senão superpostos, de proemiência política dentro do grupo (Warren, 1667:25). A figura do xamã, se pode também sobrepor-se, é descrita sempre em separado.

Warren afirma, ainda, que o chefe, tanto de guerra como de família, tinha comumente três ou quatro esposas, enquanto que

[4] "Uill" em língua Caribe, segundo J. G. Steadman (1972:217) [1796]. Não conheço uma tradução exata para o termo, mas talvez seja possível relacioná-lo à palavra "u", que quer dizer "cabeça", "o que está acima" (Ahlbrinck, 1956, III:56).

outros apenas uma, afirmação essa seguida pelas outras fontes. Gumilla (1791, II:287 e ss.) fornece um número de duas a oito mulheres para os que se destacavam dentro do grupo, o guerreiro e o xamã. Segundo este cronista, os Caribe teriam tantas esposas, por um lado, para obter delas seu trabalho; por outro, acumulariam tal número de mulheres por razões de "soberba e altivez", pois que desejariam ser tidos por "homens poderosos e de séquito", do que por qualquer "outro motivo menos decente".

Vê-se, portanto, que a poligamia era direito a conquistar pela bravura dos feitos. Gumilla (1741, I:150 e ss.) nos fala ainda que, em anos passados, um chefe Caribe teria tido, para "ostentação de sua grandeza", trinta mulheres, "cada uma de diferente nação".

Com a inserção dos brancos no panorama das relações intertribais, é exatamente neste espaço delicado da proeminência política dentro do grupo que os manufaturados encontraram seu lugar. O guerreiro é, nesse sentido, o agente e alvo dessa mudança, e é sobre sua figura que a política da dominação holandesa trabalhará.

Sweet (1974, I:260 e ss.), discutindo o tráfico de escravos Caribe-holandês, apóia-se para explicá-lo em um artigo de Métraux (:282), significativamente intitulado "The Revolution of Ax", onde esse autor defende que a introdução de objetos de ferro e outros manufaturados, bebidas alcoólicas, açúcar, sal, etc., em sociedades que não possuíam tecnologia nem matéria prima para sua fabricação, desenvolveu entre elas uma intensa dependência dos brancos que as forneciam; os índios dariam o que fosse necessário para obtê-los. Teriam, nesse sentido, valorizado os manufaturados pelo seu valor de uso. Tal argumento materialista, a meu ver, não esgota a gama de questões colocadas pelo caso Caribe.

É certo que podemos estabelecer para o primeiro momento do contato que os manufaturados europeus exerceram um extremo fascínio sobre os povos indígenas da costa da Guiana. John Wilson (1906:346) [1606], um dos ingleses que tentaram a colonização da Guiana nos primeiros anos do século XVII, nos dá uma idéia da importância que os índios teriam atribuído aos manufaturados: pela promessa de um machado os índios viajariam de dois a três meses. E também por um machado supririam os ingleses com alimentos por dois meses.

Porém, sendo a acumulação de mulheres a fonte de prestígio dos guerreiros, e dado que elas passaram a ser trocadas com os holandeses por manufaturados, a hipótese que levanto é que os

manufaturados vieram a ocupar o papel a elas anteriormente destinado. Assim, inequivocamente, teriam se revestido de um valor simbólico muito mais complexo do que sua pura utilização, como também a interrelação com os holandeses, seus fornecedores, teria um caráter político muito mais grave: enquanto detentores das fontes de prestígio, os *paranakiri,* aqueles homens louros que vieram do mar, seriam, nesse momento, aliados preferenciais.

A transformação essencial, eu diria, foi a equivalência do valor simbólico das mulheres ao dos manufaturados, de onde resulta que os holandeses, doadores de manufaturados, passaram a ocupar a posição estrutural dos doadores de mulheres. E aí temos recolocada a relação *poito,* com sua carga de assimetria entre o doador e o receptor de mulheres. A definição de *poito* se alargou ainda para incorporar os holandeses, mantendo-os, enquanto doadores, em posição hierarquicamente superior.

O espaço da assimetria foi, portanto, o campo de possíveis, dentro do universo cultural Caribe, onde pode se instaurar a submissão. Se *poito*, em seu significado de *escravo,* definiu a relação guerreiro potencialmente afim, ou seja, apresador-apresado, da perspectiva da dominação colonial, ela veio a assumir um segundo significado, cuja dimensão decerto escapou aos guerreiros naquele momento: *súdito.* Assim é que, muito depois da cessão da colônia aos ingleses, já em meados do século XIX, nos depoimentos de chefes índios recolhidos a respeito da posse inglesa das áreas fronteiriças com o Brasil para fins de sua arbitragem, encontramos a afirmação categórica dos chefes consultados de que eram todos *paranakiri puitolébe.* Tal expressão mereceu a tradução inglesa de "súditos britânicos" (Brazil and British Guiana Boundary, 1903, IV:108 e ss.).

O cronista E. Bancroft (1796:347 e ss.) vislumbrou na prática de casamentos de holandeses com índias a ascendência que os holandeses teriam sobre os índios de sua colônia. Deste modo, afirma, teria sido possível aos funcionários coloniais reservar-se o direito de interferir nas guerras intertribais e até proibi-las, mesmo não possuindo quaisquer meios de coagi-los, com os poucos soldados a serviço do Forte do Essequibo. Ainda assim, receberiam os holandeses uma "humilde e implícita obediência" por parte dos índios.

Sem descartar a possibilidade de intercasamentos que Bancroft, enquanto testemunha ocular, afirma, penso ser possível dizer que não transparece da documentação holandesa examinada uma iniciativa oficial de incentivá-los. Parece-me que mais em razão de

terem se constituído em aliados preferenciais, os holandeses puderam controlar as guerras intertribais, retendo, porém, o dispositivo guerreiro e deslocando seu foco para seus próprios inimigos, os espanhóis e, em maior grau, os *Maroons*, os escravos negros fugidos. E a esse respeito temos um projeto político explícito, a nível oficial, que pode ser divisado na documentação do período.[5]

À diferença dos colonos, que desejavam ter a população indígena como mão-de-obra, o projeto oficial os queria como garantia da segurança externa e interna da colônia; segundo a expressão de M. Menezes (1974:67), os holandeses fizeram dos índios um "cordão sanitário" contra os negros insurretos. Os levantes e fugas em massa dos escravos negros não foram pequeno problema para os Estados Gerais nesta colônia; a participação dos índios em sua repressão era, de fato, crucial.

Aqui poderíamos, a meu ver, localizar a alteração de impacto no padrão guerreiro Caribe, com o deslocamento da identidade do inimigo para os negros fugidos. E isto não se fêz sem resistência por parte dos Caribe. O Diretor Geral do Essequibo relata para os anos quarenta do século XVIII (Gravesande, 1911, I:206-7) as dificuldades que teve em convencer os Caribe do rio Barima a caçar os negros. Na ocasião, fizeram um ataque a um quilombo, quebrando o pescoço dos negros e trazendo suas mãos, prometem a partir daí caçá-los, em troca do estabelecimento de um posto holandês no Barima, o que significa, exatamente, o estabelecimento de um fluxo de manufaturados. Segundo M. Menezes (1974:48), um sistema regular de presentes através dos guardas de postos foi instituído a partir da caça aos negros.

A prática de trazer as mãos dos negros mortos como prova de sua captura tornou-se uma sistemática. Por cada mão pagava-se o preço de mercado de um escravo (Diretor Geral do Essequibo à Companhia das Índias, 28/02/1764, apud Rio Branco, 1945:94).

O padrão guerreiro teria permanecido ainda inalterado: as mulheres eram capturadas vivas e devolvidas aos holandeses (Gravesande 1911, II:438). Entregavam a mão dos mortos aos aliados, o inimigo se prestava à sua finalidade, qualquer que fosse ela: Bancroft (1796:259 e ss.) afirma, com relação à insurreição dos negros em Berbice nos anos 60, que os Caribe haviam comido os corpos dos

[5] Veja-se, para tanto, a extensa correspondência de Laurens Storm von Gravesande (Diretor Geral do Essequibo, 1738-1772), 1911.

negros que mataram nesta ocasião; no que é secundado por Steadman (1972:325) [1796], oficial inglês que lutou na repressão a este levante.

O papel do inimigo, como vemos, foi a única invariante em todo o quadro de transformações impostas pelo contato com os holandeses. O ato de preservá-lo tão cuidadosamente parece-me desvendar sua fundamentalidade para os Caribe — último baluarte da identidade do guerreiro, talvez. Nesse sentido, os Caribe haviam, novamente, mudado para não mudar no que lhes era essencial. Gente bastante pragmática, poder-se-ia deles dizer, parafraseando Hélène Clastres (1972:82).

No entanto, mais do que um inimigo, o escravo negro era uma mercadoria cara para os holandeses; seu preço, no final dos anos 60, ia de seis a sete mil florins e, além disso, segundo os colonos, o número de escravos importados (desde que nos anos 50 a Companhia das Índias Ocidentais havia retido o monopólio de sua importação legal) seria menos da metade do número necessário (Gravesande, 1911, II:598 e ss.). Os holandeses queriam o escravo vivo.

Em 1772, o Diretor Geral do Essequibo reporta que teria tido muita dificuldade com os chefes Caribe, porque eles falavam apenas em matar os negros contra os quais seguiriam, tendo que prometer-lhes pagamento em dobro para convencê-los a trazer os negros vivos. Com efeito, encontramos em 1806 que o negro vivo ainda valeria o dobro de um morto: o Conselho Político do Essequibo oferecia, nesta época, 100 florins pela mão direita de cada negro morto e pelo negro vivo que tivesse vivido menos de dois anos no mato, 200 florins (Menezes, 1974:53).

Nesse momento, então, até mesmo o inimigo estaria encontrando uma equivalência nos valores utilizados pelos colonizadores. E, ao trocá-los, os Caribe estariam fazendo dos holandeses os depositários do próprio sentido da guerra, pois que todo o prestígio e, conseqüentemente, a proeminência política que dela pudesse advir aos guerreiros, estaria sob seu controle.

Pela participação decisiva na repressão ao levante de negros na costa em 1772, a Companhia das Índias Ocidentais delibera presentear seus aliados, enviando para os chefes Caribe panos de brim, pentes, contas, cornetas de brinquedo e espelhos (Resoluções da Companhia das Índias Ocidentais, Gravesande, 1911, II:669). A partir de 1774, os presentes passam a ser distribuídos em intervalos regulares, os chefes sendo distinguidos com bastões adornados em prata com as armas da Companhia (Menezes, 1974:48).

Tais bastões, de modo que, espero, não nos seja mais surpreendente, tornaram-se símbolos de chefia entre os índios: em 1837 e, portanto, muito depois da saída dos holandeses da colônia que se tornou a Guiana Inglesa, o pastor da missão de Moruka relata ao Governador que os índios estariam muito aborrecidos com as mulheres do finado capitão Juan que, ao irem embora da missão, levaram consigo seu bastão de Capitão, que entre eles seria como "um cetro nas mãos de um rei".

BIBLIOGRAFIA

AHLBRINCK, W. *L'Encyclopédie des Caribes,* 3 vols., Paris, 1956 [1931].

BANCROFT, E. *An Essay on the Natural History of Guiana in South America.* Londres, 1769.

BRAZIL AND BRITISH GUIANA BOUNDARY. Vols. I a IV (parte inglesa); vol. I (parte brasileira), 1903.

BRITISH GUIANA AND VENEZUELA CASE. *Blue Books* 1-3-5, Londres, 1896.

CLASTRES, H. "Les Beaux Frères Ennemis — a Propos du Cannibalisme Tupinamba", *Destins du Cannibalisme, Nouvelle Revue du Psychanalyse,* n.º 6. Paris: Gallimard, 1972.

FARABEE, W. The Central Caribs. *Anthropological Publications.* Vol. X, Filadelfia, 1924.

FERMIN, P. *Description Générale de la Colonie de Surinam,* 1769.

GILLIN, J. "The Barama River Caribs of British Guiana". *Papers of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology,* vol. 16, n.º 2, Cambridge, Massachusets, 1936.

GRAVESANDE, S. van. *The Rise of British Guiana.* C. A. Harris and J.A.J. de Villiers (orgs.), 2 vols., 1911.

GUMILLA, J. *El Orinoco Ilustrado,* 2 vols. Madrid, 1741.

————. *Historia Natural, Civil y Geographica de las Naciones Situadas en las Riveras del Rio Orinoco,* 2 vols. Barcelona, 1791.

MENEZES, M. N. *British Policy toward the Amerindians in British Guiana.* Oxford, 1974.

RALEIGH, W. *The Discoverie of Guiana.* The Hakluyt Society. Londres, 1848 [1596].

RIVIÈRE, P. *Marriage among the Trio.* Oxford: Oxford University Press, 1969.

————. "Some problems in the Comparative Study of Carib Societies" In (E. Basso, org.) *Carib-Speaking Indians: Culture, Society and Language.* Arizona: The University of Arizona Press, 1977.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras II: Questões de Limites: Guiana Britânica.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

SPARREY, F. "The Description of the Ile of Trinidad, the Tich Countrie of Guiana, and the Mightie River Orinoco", *Purchas his Pilgrimes,* Hakluyt Society, vol. 16, Glasgow, 1906 [1602].

STEADMAN, J. G. *Narrative of an Expedition Against the Revolted Negroes of Surinam.* Massachusets, 1972 [1796].

SWEET, D. G. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the Middle Amazon Valey, 1640-1750.* PhD dissertation. University of Wiscosin, 1974.
SCHOMBURGK, R. *Travels in British Guiana*, 2 vols. Georgetown, 1922-23.
THOMAS, D. J. *Order without Government.* Urbana: University of Illinois Press, 1982.
WARREN, G. *An Impartial Description of Surinam upon the Continent of Guiana in America*, Londres, 1667.
WILSON, J. "The relation of Master John Wilson of Wansteed in Essex, one of the last ten that returned to England from Wiapoco in Guiana 1606", *Purchas his Pilgrimes*, The Hakluyt Society, vol. 16. Glasgow, 1906 [1606].